



CONTRATO Nº 021/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2026

O MUNICÍPIO DE CÓRREGO NOVO/MG, CNPJ nº 18.334.284/0001-18, com sede na Avenida Prefeito Carlito Caetano Campos, nº 235, Bairro Sagrada Família, Córrego Novo/MG, neste ato representado por sua Secretária Municipal de Saúde, Hordânia Francisca da Silva Caetano Campos, inscrita no CPF nº 099.533.636-92, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa DOCTOR - MODERNIZACAO E SERVICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 51.833.964/0001-51, com sede na Rua Juca Quintão, nº 103, Centro, Córrego Novo/MG, CEP 35.345-000, neste ato representada por seu representante legal Gabriel Silveira Pedra, inscrito no CPF nº 133.051.756-30, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato, com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, decorrente do Processo Licitatório nº 008/2026 – Pregão Eletrônico nº 003/2026, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a contratação de serviços de saúde destinados à atuação na Atenção Primária à Saúde (APS), no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, no Município de Córrego Novo/MG, conforme especificações constantes no Edital do Pregão Eletrônico nº 003/2026, no Termo de Referência e demais anexos, decorrente da Ata de Registro de Preços nº 007-2026, vinculada ao Processo Administrativo nº 008/2026.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

2.1. O valor estimado do presente contrato é de R\$ 899.064,40 (oitocentos e noventa e nove mil, sessenta e quatro reais e quarenta centavos), correspondente aos serviços efetivamente executados e devidamente atestados pela fiscalização.

2.2. O valor a ser pago será apurado com base nas Ordens de Serviço emitidas pela Secretaria Municipal de Saúde e nas quantidades efetivamente executadas pela CONTRATADA, observados os valores unitários registrados na Ata de Registro de Preços.

2.3. O pagamento será realizado mensalmente, até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente à execução dos serviços, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo fiscal do contrato.

2.4. A liquidação da despesa ocorrerá no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, podendo ser excepcionalmente prorrogada, justificadamente, por igual período, quando houver necessidade de diligências para verificação do cumprimento das obrigações contratuais.

2.4.1. O prazo para a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação da despesa, suspenderá os prazos de pagamento.

2.5. O pagamento obedecerá à ordem cronológica das exigibilidades, nos termos da legislação vigente, cabendo à CONTRATADA manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

2.6. Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação decorrente de penalidade aplicada ou inadimplência contratual.



2.7. O valor contratado inclui todos os custos diretos e indiretos necessários à execução dos serviços, inclusive tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, deslocamentos, insumos e demais despesas, constituindo a única e total contraprestação pela execução do objeto.

2.8. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir da regularização e reapresentação da documentação, não acarretando ônus à Administração.

2.9. O Município poderá sustar o pagamento enquanto não sanados defeitos, vícios ou incorreções na execução contratual, bem como em caso de aplicação de penalidade ainda não quitada.

2.10. Os pagamentos efetuados à CONTRATADA não a isentarão de suas responsabilidades quanto à correta execução dos serviços.

2.11. Nos casos de atraso de pagamento não justificado, provocado exclusivamente pela Administração, o valor devido será acrescido de atualização financeira calculada com base na variação do IPCA, acrescido de juros de mora de 0,5% (meio por cento) ao mês, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = N \times VP \times I$$

onde:

EM = Encargos moratórios;

VP = Valor da parcela em atraso;

N = Número de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

$$I = (TX / 100)$$

30

TX = Percentual da taxa de juros de mora mensal.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO

3.1. Os preços contratados poderão ser reajustados mediante solicitação da CONTRATADA, desde que observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data limite para apresentação da proposta ou do último reajuste concedido.

3.2. O reajuste será calculado com base na variação acumulada do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), apurada nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao pedido, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo.

3.3. A aplicação do reajuste dependerá de requerimento formal da CONTRATADA, devidamente instruído, e de análise e aprovação pela Administração.

3.4. Poderá ser concedida revisão contratual para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, nas hipóteses previstas nos arts. 124 e 137 da Lei nº 14.133/2021, mediante comprovação de fato superveniente que impacte os custos da execução.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO E DA FISCALIZAÇÃO

4.1. Os serviços serão executados conforme Ordens de Serviço emitidas pela Secretaria Municipal de Saúde, observadas as condições estabelecidas no Termo de Referência e na Ata de Registro de Preços.



4.2. A fiscalização da execução contratual será exercida por servidor formalmente designado, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, competindo-lhe acompanhar, controlar e avaliar a execução dos serviços.

4.3. O recebimento dos serviços ocorrerá nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133/2021, mediante:

I – recebimento provisório, para verificação da conformidade da execução;

II – recebimento definitivo, após a comprovação do cumprimento integral das obrigações contratuais.

4.4. A CONTRATADA obriga-se a reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços executados em desconformidade com as especificações contratuais.

4.5. A fiscalização exercida pela Administração não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pela correta execução dos serviços.

4.6. Na ocorrência de atrasos injustificados ou descumprimento contratual, o CONTRATANTE poderá aplicar as sanções administrativas previstas neste contrato e na legislação vigente.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. São obrigações das partes:

I – DO CONTRATANTE

a) Notificar a CONTRATADA, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, fixando prazo para correção de irregularidades constatadas na execução dos serviços;

b) Atestar a execução dos serviços prestados, por meio do fiscal designado, para fins de liquidação e pagamento;

c) Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, na forma e prazos estabelecidos neste contrato;

d) Aplicar as sanções administrativas cabíveis em caso de descumprimento contratual, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

e) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

II – DA CONTRATADA

a) Executar os serviços contratados com observância das normas técnicas, éticas e legais aplicáveis à área da saúde, bem como das diretrizes do Sistema Único de Saúde – SUS;

b) Responsabilizar-se integralmente pela qualidade dos serviços prestados;

c) Corrigir, às suas expensas, quaisquer falhas ou irregularidades verificadas na execução dos serviços;

d) Responder pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução contratual, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização exercida pela Administração;

e) Assumir todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato, não estabelecendo qualquer vínculo empregatício entre seus profissionais e o Município de Córrego Novo/MG;



- f) Manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- g) Apresentar, sempre que solicitado, documentação comprobatória de regularidade fiscal e trabalhista;
- h) Observar as normas de ética profissional e garantir que os serviços sejam prestados por profissionais devidamente habilitados e registrados nos respectivos conselhos de classe, quando exigido;
- i) Cumprir a carga horária, cronograma e local de prestação dos serviços definidos pela Secretaria Municipal de Saúde, conforme disposto no Termo de Referência;
- j) Manter sigilo sobre informações e dados dos usuários do SUS, observando a legislação aplicável, inclusive a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018).

CLÁUSULA SEXTA – DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta da dotação orçamentária constante do orçamento vigente do Município de Córrego Novo/MG, conforme indicado no respectivo processo administrativo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

7.1. O presente contrato terá vigência de ____ (____) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração.

7.2. A prorrogação dependerá de manifestação formal das partes e da existência de dotação orçamentária.

CLÁUSULA OITAVA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

8.1. O presente contrato poderá ser extinto nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

8.2. A extinção poderá ocorrer:

I – pelo término do prazo de vigência contratual;

II – por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos na legislação aplicável;

III – por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração;

IV – por decisão judicial ou determinação legal.

8.3. A extinção unilateral por parte da Administração será precedida de processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

8.4. Na hipótese de extinção por insuficiência de crédito orçamentário ou por interesse público devidamente justificado, a Administração notificará a CONTRATADA com antecedência mínima razoável, não sendo devida indenização, ressalvados os serviços já regularmente executados.



8.5. A extinção do contrato não eximirá a CONTRATADA das responsabilidades decorrentes de sua execução, inclusive quanto a eventuais danos causados à Administração ou a terceiros.

CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9. 1 Incorre em infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou Ata de Registro de Preços ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

XIII - tumultuar a sessão pública da licitação;

XIV - propor recursos manifestamente protelatórios em sede de contratação direta ou de licitação;

XV - deixar de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido, na hipótese de o infrator enquadrar-se como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

XVI - deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo do contrato;

XVII - permanecer inadimplente após a aplicação de advertência;

XVIII - deixar de complementar o valor da garantia recolhida após solicitação do contratante;

XIX - deixar de devolver eventuais valores recebidos indevidamente após ser devidamente notificado;

XX – manter empregado, responsável técnico ou qualquer pessoa sob sua responsabilidade com qualificação em desacordo com as exigências do edital ou do contrato, durante a execução do objeto.

XXI - utilizar as dependências do contratante para fins diversos do objeto do contrato;



XXII - tolerar, no cumprimento do contrato, situação apta a gerar ou causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais a qualquer pessoa;

XXIII - deixar de fornecer Equipamento de Proteção Individual - EPI, quando exigido, aos seus empregados ou omitir-se em fiscalizar sua utilização, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;

XXIV - deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pela Administração;

XXV - deixar de repor funcionários faltosos;

XXVI - deixar de apresentar, quando solicitado pela administração, comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas e com o Fundo de Garantia do tempo de Serviço (FGTS) em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução do contrato, em especial quanto ao:

a) registro de ponto;

b) recibo de pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;

c) comprovante de depósito do FGTS;

d) recibo de concessão e pagamento de férias e do respectivo adicional;

e) recibo de quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato;

f) recibo de pagamento de vale-transporte e vale-alimentação, na forma prevista em norma coletiva.

XXVII - deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;

XXVIII - entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidades contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina;

XXIX - ofender agentes públicos no exercício de suas funções;

XXX - induzir a administração em erro;

XXXI – deixar de manter empregados, que fiquem nas dependências e à disposição da administração nos contratos de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra;

XXXII – compartilhar recursos humanos e materiais disponíveis de uma contratação para execução simultânea de outros contratos por parte do contratado, nos contratos de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra;

XXXIII – impossibilitar a fiscalização pelo contratante quanto à distribuição, controle e supervisão dos recursos humanos alocados aos seus contratos, em relação aos contratos de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra;

XXXIV – apresentar proposta inexecutável com finalidade de tumultuar o procedimento;

XXXV – deixar de demonstrar exequibilidade da proposta quando exigida pela administração;

XXXVI – subcontratar serviço em contrato em que não há essa possibilidade;

XXXVII – deixar de apresentar no prazo do art. 96, §3º da Lei 14133/21, garantia pelo contratado



quando optar pela modalidade seguro garantia;

XXXVIII – deixar de comprovar, quando solicitado, na execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas;

XXXIX – deixar de manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representar o contratado na execução do contrato;

XL – deixar de aceitar as supressões e acréscimos de até 25% (vinte e cinco por cento) em relação aos contratos.

9.2 O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) de advertência que consiste em comunicação formal ao infrator do descumprimento de uma obrigação do edital, da Ata de Registros de Preços ou da inexecução parcial do contrato quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

b) de multa, o infrator que, injustificadamente, descumprir a legislação, cláusulas do edital ou cláusulas contratuais, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor de referência do certame ou do contrato nos termos estabelecidos nos respectivos instrumentos, devendo ser observados, preferencialmente, os seguintes percentuais e diretrizes:

I - multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, até o limite de 10% (dez por cento), correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos destacados no documento fiscal;

II - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação do certame ou do valor da contratação direta em caso de recusa do infrator em assinar o contrato, ou recusar-se a aceitar ou retirar o instrumento equivalente;

III - multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor de referência do certame, nas hipóteses constantes do item 9.1, subitens I, IV, V, XIII, XIV e XV, deste edital;

IV - multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da adjudicação, nas hipóteses constantes do item 9.1, subitens XVI, XVII, XVIII, XX, XXI, XXIII, XXIV, XXV, XXVI, XXVII, XXXI, XXXIII, XXXVIII e XXXIX deste edital;

VI - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor de referência do certame, nas hipóteses constantes do item 9.1, subitens II, III, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XXIX, XXX, XXXIV e XXXV deste Edital;

VI - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação, nas hipóteses constantes do item 9.1, subitens XIX, XXII, XVIII, XXXII, XXXVI, XXXVII e XL, deste edital;

VII - multa indenizatória, a título de perdas e danos, na hipótese de o infrator ensejar a rescisão do contrato e sua conduta implicar em gastos à administração, superiores aos contratados.

c) de impedimento de licitar e contratar que impedirá o infrator de participar de licitação e contratar com a administração:

I - por até 01 (um) ano, caso o infrator:

a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;



c) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do certame sem motivo justificado;

II - por até 02 (dois) anos, caso o infrator:

a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o mesmo ou durante a execução do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - por até 03 (três) anos, caso o infrator:

a) não celebrar o contrato, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

b) fraudar o certame ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

c) der causa à inexecução total do contrato.

d) de Declaração de Inidoneidade de contratar com a Administração Pública, será aplicada por prazo não superior a 6 (seis) anos, nas seguintes hipóteses:

I - por período de 3 (três) a 4 (quatro) anos, no caso de praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;

II - por período de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos, nos casos de:

a) fraudar o certame ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

b) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

III - por período de 5 (cinco) a 6 (seis) anos, nos casos de:

a) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei 12.846/13;

b) dar causa à inexecução total do contrato, por ato doloso que cause lesão ao erário.

9.4 Será considerada falta grave e caracterizada como falha em sua execução, o não recolhimento das contribuições sociais da Previdência Social, que poderá dar ensejo à rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e do impedimento para licitar e contratar com a Administração, nos termos da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PUBLICAÇÃO

11.1. - O extrato do presente contrato será publicado no órgão de divulgação oficial do Município e no PNCP, conforme disposto no art. 94 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. - Fica eleito o foro da comarca de Caratinga/MG para solucionar quaisquer dúvidas quanto à execução do presente contrato.

E, por estarem justas, as partes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.



PREFEITURA DE
CÓRREGO NOVO
ESCREVENDO UMA NOVA HISTÓRIA
GESTÃO 2025 - 2028

**SECRETARIA MUNICIPAL DE
ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**
Setor de Licitações e Contratos

Córrego Novo, 01 de abril de 2026.

HORDANIA
FRANCISCA DA
SILVA CAETANO
CAMPOS:099533630
92

Assinado digitalmente por HORDANIA FRANCISCA
DA SILVA CAETANO CAMPOS:09953363092
NO C-ERF, CNICP Brasil, OASAC DIGITAL
MULTIPLA G1, CN=27489125000185, OU=,
VIA=certificado, CN=Certificado PF AD, CN=
HORDANIA FRANCISCA DA SILVA CAETANO
CAMPOS:09953363092
Razão: Eu sou o autor deste documento
Local:404864
Data: 2026.04.01 13:42:56-03'00"
Fonte:PDF Reader Versão: 2025.2.0

Hordânia Francisca da Silva Caetano Campos
Secretária Municipal de Saúde
CONTRATANTE

Documento assinado digitalmente



GABRIEL SILVEIRA PEDRA
Data: 01/04/2026 15:00:06-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

DOCTOR - MODERNIZACAO E SERVICOS LTDA
Gabriel Silveira Pedra
Representante Legal
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: _____

CPF Nº _____

Nome: _____

CPF Nº _____